

Relatório da Base de Abastecimento (SBR)

www.sustainablebiomasspartnership.org



Version 1.2 June 2016

NOTE:

This template, v1.2, is effective as of the date of publication, that is, 23 June 2016. Template v1.1 may still be used for those audits undertaken prior to 23 June 2016 and where the certificate is issued to Certificate Holders before 1 October 2016.

For further information on the SBP Framework and to view the full set of documentation see www.sustainablebiomasspartnership.org

Document history

Version 1.0: published 26 March 2015

Version 1.1 published 22 February 2016

Version 1.2 published 23 June 2016

© Copyright The Sustainable Biomass Partnership Limited 2016

Conteúdos

1	Visão Geral.....	1
2	Descrição da Base de Abastecimento.....	2
2.1	Descrição Geral.....	2
2.2	Ações desenvolvidas para promover a certificação dos fornecedores de matéria-prima.....	10
2.3	Programa de amostragem de corte final	11
2.4	Diagrama de fluxo de entradas de matéria-prima mostrando o tipo de matéria-prima (Opcional)	11
2.5	Quantificação da Base de Abastecimento.....	11
3	Exigência para Avaliação da Base de Abastecimento (SBE)	13
4	Avaliação de Base de Abastecimento	14
4.1	Âmbito	14
4.2	Justificação.....	14
4.3	Resultados da Avaliação de Riscos	14
4.4	Resultados do Programa de Verificação de Fornecedores	15
4.5	Conclusão	15
5	Processo de Avaliação da Base de Abastecimento.....	17
6	Consulta de Partes Interessadas	18
6.1	Resposta aos comentários das partes interessadas	18
7	Visão Geral da Avaliação de Risco Inicial.....	19
8	Programa de Verificação de Fornecedores.....	20
8.1	Descrição do Programa de Verificação de Fornecedores	20
8.2	Visitas ao local	20
8.3	Conclusões do programa de verificação de Fornecedores	20
9	Medidas de Mitigação	21
9.1	Medidas de Mitigação	21
9.2	Monitorização e Resultados	22
10	Evidências Detalhadas dos Indicadores	23
11	Revisão do Relatório.....	24
11.1	Revisão pelos pares.....	24
11.2	Avaliações públicas ou adicionais	24
12	Aprovação do Relatório	25

13	Actualizações	26
13.1	Alterações significativas na Base de Abastecimento	26
13.2	Eficácia das medidas de mitigação anteriores	26
13.3	Novas classificações de risco e medidas de mitigação	26
13.4	Valores reais das matérias-primas nos últimos 12 meses	27
13.5	Dados projetados para a matéria-prima nos próximos 12 meses	27

1 Visão Geral

Nome do produtor: GLOWOOD - INDÚSTRIA, SA.

Localização: Parque Empresarial, Lote 1, Expansão 1. Cercal do Alentejo - 7555-999 Santiago do Cacém, PORTUGAL

Posição geográfica: 37°47'36.1"N 8°41'08.3"W

Pessoa de Contacto: Natércia Carvalho
 Parque Empresarial, Lote 1, Expansão 1. Cercal do Alentejo - 7555-999 Santiago do Cacém, PORTUGAL
 Telefone: +351 269 949 393, email: ncarvalho@glowood.pt

Website: <http://www.glowood.pt>

Data do Relatório: 05/01/2018

Fecho última Auditoria: 09/05/2017, Cercal do Alentejo.

Entidade Certificadora: NEPCon Spain I C

Tradução para Inglês: Sim

Normas SBP utilizadas: Standard 1 version 1.0, Standard 2 version 1.0, Standard 4 version 1.0, Standard 5 version 1.0

Weblink para as Normas: <http://www.sustainablebiomasspartnership.org/documents>

Avaliação de Risco Regional reconhecida pelo SBP: não aplicável

Weblink para SBE: <http://www.glowood.pt/>

Indicar como a presente avaliação se enquadra no ciclo das Avaliações da Base de Abastecimento				
Avaliação Principal (Inicial)	Primeira Manutenção	Segunda Manutenção	Terceira Manutenção	Quarta Manutenção
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2 Descrição da Base de Abastecimento

2.1 Descrição Geral

A **Glowood – Indústria, SA** foi fundada em Maio de 2011, com o apoio do IAPMEI, através do programa POalentejo. Dedicar-se à produção e comercialização de pellets, com forte vocação para o mercado externo, onde mais de 90% da produção se destina a exportação.

A empresa adquire madeira em rolo, estilhas e serrim, essencialmente de Pinho (Pinheiro Bravo/*Pinus pinaster* e Pinho Manso/*Pinus pinea*), como matéria-prima para seu processo industrial. Para processo de secagem, para além da biomassa de Pinho (rolaria fina, cascas, resíduos e sobrantes), também pode ser utilizada rolaria fina e sobrantes de Eucalipto (*Eucalyptus spp.*) e muito raramente de Choupo (*Populus spp.*), Acácia (*Acacia spp.*) e Amieiro (*Alnus glutinosa*).

Todo material lenhoso tem origem em áreas florestais de Portugal, pertencentes maioritariamente aos distritos de Setúbal, Beja, Évora, Lisboa, Portalegre, Santarém, Castelo Branco, Faro, Leiria e Coimbra.

O material primário (rolaria, sobrantes de exploração e outros resíduos florestais com destaque para as ramas resultantes da desramação de Pinho Manso) é fornecido por cerca de 35 pequenas e médias empresas, as quais são sensibilizadas e controladas para disporem da informação necessária acerca da unidade de gestão de origem, contando com um compromisso declarado para o efeito.

Os fornecedores que adquirem madeira em pé e procedem a sua exploração, usualmente fazem uma seleção do material, destinando a rolaria grossa para processos de maior valor agregado (serrações) e a rolaria fina e os sobrantes para outros processos, incluindo o fabrico de pellets e a produção de energia.

Esta prática é incentivada pela empresa, contando com uma política de abastecimento para promover o bom aproveitamento e a sustentabilidade dos recursos florestais. A receção de rolaria de maiores dimensões é limitada (diâmetro ≤ 40 cm) e há um acordo formal com uma serração, localizada ao lado da fábrica, a qual recebe a rolaria grossa que eventualmente seja trazida pelos fornecedores, fornecendo em troca serradura e outros resíduos do processo (costaneiros, aparas, rolaria fina, etc.).

O material secundário (estilha e serradura) provem de fornecedores que entregam o material produzido (estilha) ou resultante do processo de serragem (serradura) essencialmente de 6 serrações, as quais, por sua vez, também se abastecem de madeira oriunda de áreas florestais de Portugal, principalmente das proximidades das mesmas.

Portanto, a área de abastecimento da empresa está restrita ao território continental Português.

A **Glowood** produziu em 2017 um total de 51.889 t de pellets, com um nível de consumo de matéria-prima florestal na ordem das 109.000 t. São valores intermédios considerando empresas semelhantes localizadas em Portugal.

Portugal tem aproximadamente 9.8 milhões de habitantes e 8.7 milhões de hectares de área.

De acordo com os dados preliminares do último Inventário Florestal Nacional, 2013 (IFN6 – Áreas dos usos do solo e das espécies florestais de Portugal continental em 1995, 2005 e 2010), o uso florestal do solo é o uso dominante do território continental. A Floresta Portuguesa ocupa 3.2 milhões de hectares, o que corresponde a 35,4% do território nacional, uma das maiores proporções de áreas florestadas da Europa.

Uso do Solo em Portugal – 2010

Fonte: ICNF – Inventário Florestal Nacional, Resultados Preliminares, 2013

- 35% Floresta
- 32% Matos e Pastagens
- 24% Agricultura
- 5% Urbano
- 2% Águas Interiores
- 2% Improdutivos

Ocupação Florestal em Portugal Continental – 2010

Fonte: ICNF – Inventário Florestal Nacional, Resultados Preliminares, 2013

- 26% Eucalipto / *Eucalyptus spp.*
- 23% Sobreiro / *Quercus suber*
- 23% Pinho Bravo / *Pinus pinaster*
- 11% Azinheira / *Quercus rotundifolia*
- 6% Pinho Manso / *Pinus pinea*
- 2% Carvalhos / *Quercus spp.*
- 1% Castanheiro / *Castanea sativa*
- 6% Outras Folhosas
- 2% Outras Resinosas

A superfície florestal cuja espécie dominante é o Eucalipto representa a maior área do país (812 mil ha; 26%), o Sobreiro a segunda (737 mil ha; 23%), seguido do Pinho Bravo (714 mil ha; 23%). A área ocupada por espécies resinosas corresponde a 31% da floresta portuguesa, sendo a restante (69%) ocupada por espécies folhosas.

Ao longo do período 1995-2010 as áreas de floresta apresentam uma diminuição de -4,6%, o que corresponde a uma taxa de perda líquida de -0,3%/ano (10 mil ha/ano). A diminuição líquida de áreas de floresta (-150 611 ha) se deve sobretudo à sua conversão para a classe de uso “matos e pastagens”. Para além dessa conversão de uso, é significativo o valor de área de terrenos em uso florestal que são convertidos para uso urbano entre 1995 e 2010 (28 mil ha).

Note-se que apesar de existir uma diminuição da área de floresta, o facto de esta não ser acentuada demonstra a significativa resiliência da floresta às fortes perturbações a que esteve sujeita durante o período em análise. Por um lado, pelos gravíssimos incêndios florestais das duas últimas décadas (mais de 2,5 milhões de hectares ardidos entre 1990 e 2012), e por outro, pela ocorrência de doenças como o Nemátodo da Madeira do Pinheiro que tem afetado severamente o pinhal-bravo nacional, obrigando à realização de cortes excepcionais, por imposição dos regulamentos fitossanitários. Nenhum outro país da Europa esteve sujeito a este nível de perturbações.

A diminuição da área de floresta se deve essencialmente à diminuição das superfícies temporariamente desarborizadas (superfícies ardidadas, cortadas e em regeneração), sendo de destacar o aumento da área arborizada que se explica, em parte pela ação da própria natureza (regeneração natural) demonstrando a aptidão natural dos solos portugueses para a floresta, mas também pela ação dos proprietários florestais, que têm continuado a investir na floresta com ações de arborização e rearborização.

Ainda segundo os dados preliminares do IFN6, a principal alteração das áreas das espécies florestais entre 1995 e 2010, ocorre ao nível do Pinho Bravo que apresenta uma diminuição de cerca de 263 mil ha (menos 26,9%). A maior parte desta área transformou-se em “matos e pastagens” (165 mil ha), 70 mil ha em eucalipto, 13 mil ha em espaços urbanos e 13,7 mil ha em áreas florestais com outras espécies arbóreas.

Por outro lado, verifica-se um aumento da área de eucalipto de cerca de 95 mil ha. Também é de destacar o aumento das áreas de pinheiro-manso (46% em área total e de 54% em termos de área arborizada).

A área das restantes espécies tem alterações menos expressivas sobretudo durante o período 2005 a 2010.

A exploração dos povoamentos de Pinho Manso assume um papel preponderante na economia das explorações florestais de algumas regiões, em particular no sul do país (Alentejo), devido, sobretudo, às características únicas da sua principal produção (o pinhão para a indústria alimentar) o que tem permitido um rápido desenvolvimento da fileira do Pinho Manso, que, hoje, ocupa um lugar importante na economia regional e nacional. Na região do Alentejo, centra-se cerca de 67% da produção nacional de pinha e 15% da produção mundial de pinha.

De acordo com dados da Estratégia Nacional para as Florestas, a propriedade florestal em Portugal é maioritariamente privada, com 2,8 milhões de hectares, ou seja, 84,2% da área total detida por pequenos proprietários de cariz familiar dos quais 6,5% são pertencentes a empresas industriais. As áreas públicas correspondem a 15,8% do total, dos quais apenas 2% (a menor percentagem da Europa) são do domínio privado do Estado.

A dimensão da propriedade florestal tem uma distribuição geográfica muito marcada, sendo que o grande número de prédios se situa no Norte e Centro, onde as explorações chegam a atingir dimensões com menos de 1 hectare. Estima-se que existem mais de 400 000 proprietários florestais no país.

Segundo o Estudo prospetivo para o Setor Florestal publicado pela AIFF (Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal) em 2013, a dimensão dos povoamentos e um fator chave no contexto da floresta portuguesa, com repercussões importantes na rentabilidade e sustentabilidade da atividade. No Norte e Centro do país cerca de 54% da área florestal esta distribuída por povoamentos com menos de 10 há. A reduzida dimensão da propriedade tem particular relevância para as duas principais espécies cujas áreas de distribuição e exploração são nas regiões centro e norte:

- No Pinho Bravo, 63% dos povoamentos estão em áreas inferiores a 10 ha e 25% em áreas inferiores a 2 ha;
- No Eucalipto, 50% dos povoamentos estão em propriedades com dimensões inferiores a 10 ha.

Também segundo o mesmo Estudo, a estrutura empresarial portuguesa na fileira florestal conta com algumas das mais representativas empresas europeias do sector. Do ponto de vista de transações para o

mercado internacional de produtos florestais e de base florestal, os mais importantes são: papel e cartão, pasta de papel, cortiça, madeira e produtos de resina e mobiliário.

A subfileira da madeira, nomeadamente a madeira de resinosas para fins industriais e a madeira de resinosas para serrar, assenta essencialmente na produção de Pinho Bravo. A subfileira da pasta de papel, papel e cartão, assente essencialmente na produção de Eucalipto.

De acordo com o Relatório de Caracterização da Fileira Florestal 2014 elaborado pela AIFF, a balança comercial referente às indústrias da fileira florestal apresenta um saldo positivo de 2.474 milhões de euros em 2013, representando 9,1% do total das exportações nacionais de bens e 3,4% do total das importações nacionais de bens. A fileira florestal representa ainda 2,2% do total de pessoas ao serviço das empresas em Portugal e 1,7% do total de população empregada.

Uma decomposição da Produção de Bens Silvícolas permite observar tendências distintas. A produção de Pinho Bravo (madeira de resinosas para fins industriais) apresenta um decréscimo de 3,6% em valor face a 2011 e, relativamente ao ano 2002, uma quebra de 4,5%. Em 2012, o valor da produção da madeira para serrar foi inferior ao do ano anterior (-2,3%), em consequência da descida do preço (-2,6%), uma vez que o volume registou um aumento (+0,4%), pelo terceiro ano consecutivo;

A produção de Eucalipto (madeira de folhosas para triturar) manteve a tendência de crescimento (só interrompida em 2009), apresentando um aumento de 9,2% face ao ano anterior, e um aumento de 63,4%. Este elevado crescimento na produção de madeira de Eucalipto para uso industrial faz com que este seja o principal bem silvícola (representa 36,8%), cerca de 17% superior à produção de madeira de resinosas para fins industriais.

Ainda segundo a AIFF, em 2012, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da silvicultura apresentou um aumento de 3,9% em volume e 2,4% em valor, relativamente a 2011. No que se refere à Produção da Silvicultura registou-se igualmente um aumento de 4,3% em volume e de 3,6% em valor, relativamente a 2011. Neste mesmo ano, o VAB das indústrias da fileira florestal representou 1,2% do VAB nacional, tendo mantido um peso significativo na totalidade das indústrias transformadoras (cerca de 11%).

A análise do VAB por setor revela um especial impacto negativo para as indústrias da madeira nos últimos anos, com o VAB a apresentar uma redução de cerca de 40% entre 2007 e 2012 (-429 milhões de euros), muito superiores aos valores registados para o setor da pasta, de papel, de cartão e seus artigos (-4%). Na globalidade do período considerado (2004–2012) só a subfileira da pasta, de papel, de cartão e seus artigos apresenta crescimento do VAB.

Segundo Pedro Sebastião Perestrelo de Souza e Holstein Campilho, no sua tese Avaliação do Potencial Nacional para o Aproveitamento de Biomassa Florestal para Fins Energéticos, publicado em 2010, a tendência de perda de sustentabilidade socioeconómica do sector florestal Português verificada nos últimos anos, quando complementada com uma conjectura de incentivo à produção de energias renováveis, traduz-se num conjunto de desenvolvimentos os quais potenciam a procura de biomassa proveniente de resíduos de exploração florestal para um aproveitamento energético. A procura de biomassa tende a ser satisfeita no curto prazo, em cenários tendencialmente sustentáveis. No entanto, numa projeção a médio e longo prazo, mesmo sem considerar incrementos significativos na procura deste recurso, traduz uma dificuldade de satisfação do mercado estabelecido, em condições de sustentabilidade semelhantes às verificadas no curto prazo.

O pinhal (Florestas de Pinho) distribui-se por todo o território com o Pinho Bravo a ocupar 23% da área florestal do território continental, na sua maior parte localizada na zona de minifúndio, e o Pinho Manso, a ocupar 6% da área florestal total de Portugal continental, com a sua principal área de distribuição na região sul do país.

As florestas de Pinho Bravo (*Pinus pinaster*) são normalmente conduzidas em um sistema de Alto-fuste, e podem ser formadas a partir do aproveitamento da regeneração natural, por sementeira ou por plantação.

Nos casos do aproveitamento da regeneração natural e por sementeira, na fase inicial as operações se destinam ao reduzir gradualmente a densidade das plantas para 1200 a 1600 árvores/ha, inicialmente em faixas e depois seletivamente, com gradagem ou roçadas mecânicas ou manuais. A partir dos 10 anos, podem ser feitas desramas (1 a 2) e desbastes (2 a 3) com aproveitamento do material, deixando para um corte final (30 a 40 anos) cerca de 500 a 600 árvores/ha, procedendo-se também ao controlo da vegetação espontânea ao longo da revolução com gradagens ou roçadas mecânicas ou manuais. Nos casos de aproveitamento da regeneração natural, no corte final são deixadas cerca de 25 árvores de grande porte/ha como sementões.

Nos casos de plantação, procede-se a preparação do terreno com gradagem, ripagem e subsolagem, em curva de nível para áreas com declives até 30%, acima do que a preparação e plantação é manual. A densidade do plantio depende da qualidade da estação, de 1200 a 1600 árvores/ha.

A partir dos 10 anos, podem ser feitas desramas (1 a 2) e desbastes (2 a 3) com aproveitamento do material, deixando para um corte final (30 a 40 anos) cerca de 500 a 600 árvores/ha, procedendo-se também ao controlo da vegetação espontânea ao longo da revolução com gradagens ou roçadas mecânicas ou manuais.

Na silvicultura do Pinho Manso, a definição do compasso para a plantação dependerá do objectivo futuro do povoamento: ou produção de madeira ou produção de fruto.

Para a produção de madeira utilizam-se compassos apertados para favorecer a desrama natural (4x3). A distância entre linhas deverá possibilitar a passagem de máquinas agrícolas utilizadas sobretudo nas limpezas de matos. Em povoamentos vocacionados para a produção de fruto (utilizando ou não a técnica de enxertia), as árvores deverão crescer em boas condições de luz e de arejamento, de forma a desenvolverem copas amplas que favoreçam a produção de pinhas. O compasso mais utilizado é (5x5), mas também se usam compassos de (6x5), (6x6) e (8x6).

Nos locais bem-adaptados ao Pinho Manso, pode-se recorrer à regeneração natural. A disseminação natural desta espécie apresenta uma quantidade elevada de plantas por hectare. Assim deve-se proceder, inicialmente, a uma seleção destas plantas para que as seleccionadas se desenvolvam em melhores condições.

A condução é feita com desramas e desbastes que produzem quantidade considerável de material lenhoso. A primeira desramação deverá ocorrer entre os 5/6 anos após a plantação. A 2ª desramação deverá ocorrer entre os 10 e os 12 anos, tendo em conta o desenvolvimento do povoamento. Esta desramação coincide, frequentemente, com o 1º desbaste. A 3ª desramação realiza-se entre os 20 e os 25 anos, coincidindo com o 2º desbaste. O corte final é feito normalmente a partir dos 40 anos.

A silvicultura do Eucalipto (principalmente *E. globulus*) baseia-se na instalação e no corte raso da floresta, normalmente entre os 10 e os 15 anos, com o aproveitamento total da madeira, retirada do local com ou sem casca (Talhada Simples). Prioritariamente é feita a condução em talhadia por mais 1, 2 ou até 3 cortes, procedendo-se a uma seleção de rebentos, após cada corte. A partir do último corte considerado produtivo, a área é então reflorestada.

Em povoamentos mistos com o Pinho Bravo, o sistema baseia-se num desbaste da floresta de maneira a deixar um percentual de árvores remanescentes para aproveitamento futuro fazendo a condução dos rebentos das cepas das árvores de Eucalipto cortadas (Talhada composta).

Uma plantação de Eucalipto inicia-se com a preparação de terreno, que consiste normalmente no destroçamento e incorporação localizada do material lenhoso existente, seguido de mobilização do solo (gradagem, ripagem, subsolagem).

A fertilização depende da qualidade da estação e das condições do proprietário, sendo a plantação feita com uma densidade que varia idealmente entre 1.100 e 1.300 plantas por hectare. Entre o segundo e o sexto ano é recomendada uma 2ª fertilização e o controlo da vegetação concorrente.

A seleção de rebentos é feita aos dois ou três anos, mantendo um número de varas por hectare correspondente à densidade inicial de plantação.

Na grande maioria dos casos, o corte é efetuado entre os 10 e os 15 anos. O sistema base de exploração assenta na combinação da utilização do trator processador e do trator carregador, normalmente com pré-abate com motosserra.

O Choupo atualmente é cultivado em pequena escala. Dada a natureza dos solos (profundos e húmidos), a preparação de terreno faz-se no final do verão ou início do Outono. O compasso normalmente utilizado é de 4X4 metros. As plantas provenientes de estacas rebentadas com 1 ano, são plantadas o mais profundo possível (0,5 metros) para que se desenvolva um bom sistema radicular.

Normalmente há uma forte concorrência de infestantes que obriga a duas intervenções de sacha manual localizada, complementadas com gradagens superficiais durante os primeiros 4 anos. Durante os primeiros 3 a 4 anos é muito importante proceder a derramas ou podas, dominantes para evitar bifurcações e valorizar a madeira, cujo destino são unidades fabris onde os toros são desenrolados.

O Choupo pode ser conduzido em talhadia, com cortes rasos feitos a partir dos 14 anos, mas comumente com mais idade, consoante o objetivo e oportunidades de aproveitamento.

A Acácia é uma espécie invasora em Portugal, aparecendo em formações puras ou mistas, não sendo permitida a sua plantação e cultivo, sendo, entretanto, permitido o seu aproveitamento.

O Plano de Gestão Florestal (PGF) é um instrumento de planeamento previsto no enquadramento legal proporcionado pela Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96 de 17 de agosto) e, posteriormente, no Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de janeiro, que aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal (que revoga o Decreto-Lei n.º 205/99 de 9 de junho, que regulava o processo de elaboração, aprovação, execução e alteração dos PGF a aplicar nos espaços florestais).

A dinâmica dos processos de elaboração dos PGF e dos PEIF (Planos Específicos de Intervenção Florestal) de uma forma mais generalizada aos espaços florestais privados e públicos é ainda recente, tendo-se iniciado com a aprovação dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), no período 2006–2007, e reforçado com a condição de PGF aprovado como critério de elegibilidade no acesso aos programas de apoio ao investimento florestal no âmbito do PRODER, a par do desenvolvimento dos processos de certificação florestal.

Em abril de 2013 (data da última informação disponível do ICNF), existiam 2.266 PGF aprovados (1.522.195 hectares), representando 44% da área florestal em Portugal Continental.

Em Portugal não é necessária autorização específica para o corte, exceto para Sobreiro e Azinheira e para cortes em áreas protegidas ou classificadas. Para o abate de espécies coníferas (Pinheiros e outras) é necessário emitir o manifesto de abate, desramação e circulação de madeira de coníferas (Decreto-Lei nº 123/2015, de 3 de julho), que diz respeito à aplicação das medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do nemátodo da madeira do pinheiro (NMP).

A CITES – Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção) lista as seguintes espécies para Portugal e Espanha, sem incluir espécies madeireiras:

Portugal:

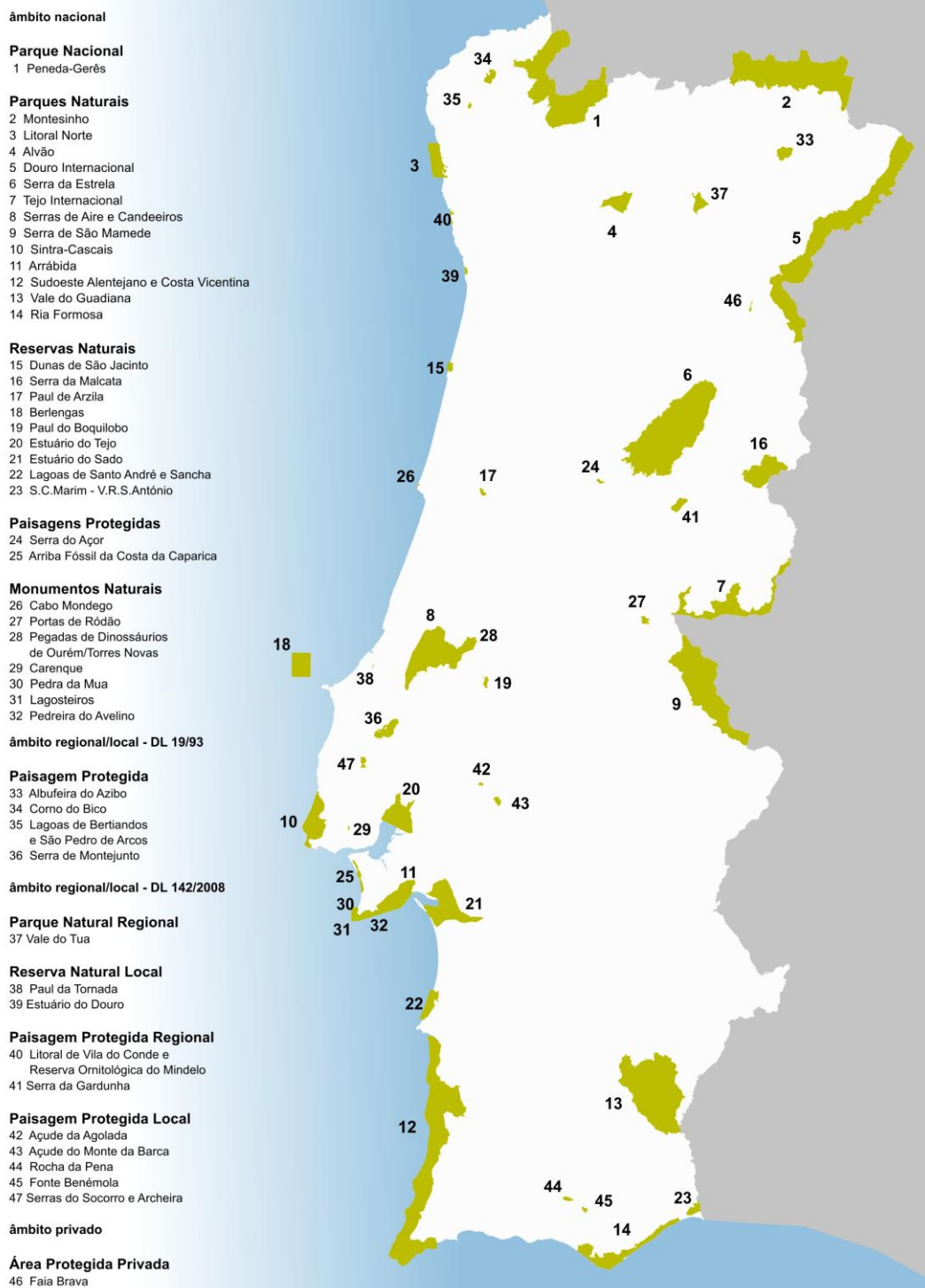
<i>Antipathes erinaceus</i>	<i>Stichopathes dissimilis</i>	<i>Stichopathes richardi</i>
<i>Stichopathes robusta</i>	<i>Stichopathes setacea</i>	<i>Leiopathes expansa</i>
<i>Tanacetipathes cavernicola</i>	<i>Tanacetipathes squamosa</i>	<i>Tanacetipathes wirtzi</i>
<i>Paracyathus arcuatus</i>	<i>Leptopsammia formosa</i>	<i>Madraxis profunda</i>
<i>Crypthelia medioatlantica</i>	<i>Crypthelia vascomarquesi</i>	<i>Errina atlantica</i>
<i>Errina dabneyi</i>	<i>Lepidopora eburnea</i>	<i>Euphorbia despoliata</i>
<i>Euphorbia longifolia</i>	<i>Euphorbia pedroi</i>	<i>Euphorbia piscatoria</i>
<i>Euphorbia stygiana</i>	<i>Dactylorhiza foliosa</i>	<i>Goodyera macrophylla</i>
<i>Orchis scopulorum</i>	<i>Platanthera micrantha</i>	

Na “Lista Vermelha” do IUCN (International Union for Conservation of Nature and Natural Resources), são indicadas 891 espécies para os territórios continentais de Portugal e Espanha (Península Ibérica), das quais 49 tem como uma das ameaças as atividades florestais:

<i>Ammoides pusilla</i>	<i>Anarrhinum longipedicellatum</i>	<i>Andrena curtula</i>
<i>Andrena fulva</i>	<i>Andrena gredana</i>	<i>Antirrhinum lopesianum</i>
<i>Arabis sadina</i>	<i>Aristolochia paucinervis</i>	<i>Armeria rouyana</i>
<i>Arnica montana</i>	<i>Asphodelus bento-rainhae</i>	<i>Bunium bulbocastanum</i>
<i>Calopteryx virgo</i>	<i>Candidula belemensis</i>	<i>Centaurea fraylensis</i>
<i>Clytus tropicus</i>	<i>Culcita macrocarpa</i>	<i>Dactylorhiza elata</i>
<i>Dianthus marizii</i>	<i>Elona quimperiana</i>	<i>Eryngium viviparum</i>
<i>Euphorbia transtagana</i>	<i>Festuca brigantina</i>	<i>Festuca summilusitana</i>
<i>Flavipanurgus granadensis</i>	<i>Flavipanurgus ibericus</i>	<i>Flavipanurgus venustus</i>
<i>Helicigona lapicida</i>	<i>Juncus valvatus</i>	<i>Leiostyla anglica</i>
<i>Lucanus barbarossa</i>	<i>Lynx pardinus</i>	<i>Malus sylvestris</i>
<i>Narcissus asturiensis</i>	<i>Narcissus cyclamineus</i>	<i>Narcissus triandrus</i>

<i>Neottia nidus-avis</i>	<i>Nomada similis</i>	<i>Oestophora lusitanica</i>
<i>Ononis maweana</i>	<i>Paeonia officinalis</i>	<i>Picris willkommii</i>
<i>Reitterelater bouyoni</i>	<i>Silene longicilia</i>	<i>Spermodea lamellata</i>
<i>Stenagostus laufferi</i>	<i>Thorella verticillato-inundata</i>	<i>Thymus capitellatus</i>
<i>Veronica micrantha</i>		

Mapa da Rede Nacional de Áreas Protegidas:



Grupos de Produto	Certificação	Nº Fornecedores	Grupo de Entrada	Formato	Espécies	Quantidade (t)	%
Controlled Feedstock	FSC CW (*)	32	Primary feedstock from forests (products or residues)	Roundwood	Pinheiro Bravo, Pinheiro Manso, Acácia, Choupo	34.300,68	31,76
			Primary feedstock from forests (products or residues)	Roundwood	Eucalipto	2.837,28	2,63
			Primary feedstock from forests (products or residues)	Wood chips	Pinheiro Bravo e Pinheiro Manso	38.150,02	35,33
			Wood industry residues (secondary feedstock)	Wood chips Sawdust Wood offcuts	Pinheiro Bravo	27.822,40	25,76
			Primary feedstock from forests (products or residues)	Chips	Pinheiro Bravo e Pinheiro Manso	3.336,96	3,09
SBP-compliant Primary Feedstock	FSC	1	FSC 100%	Roundwood	Eucalipto	1.230,96	1,14
SBP-compliant Secondary Feedstock	FSC	1	FSC Mix e PEFC	Wood chips Sawdust	Pinheiro Bravo	315,02	0,29

(*) Material não certificado, controlado no âmbito do Sistema de Gestão da Cadeia de Responsabilidade da empresa, o qual está certificado de acordo com a norma FSC-STD-40-005 Standard for Company Evaluation of FSC Controlled Wood.

2.2 Ações desenvolvidas para promover a certificação dos fornecedores de matéria-prima

A empresa tem feito contacto direto com cada um de seus fornecedores procurando sensibilizá-los para a importância de fornecerem material certificado (FSC ou PEFC), chamando a atenção das exigências crescentes por parte dos mercados e consumidores acerca da origem legal e sustentável dos produtos florestais, incluindo a biomassa para produção de energia.

A implementação do **Programa de Qualificação e Controlo de Fornecedores** também é considerada uma ação importante no sentido de promover a certificação florestal, uma vez que a qualificação dos fornecedores representa o atendimento de vários requisitos aplicáveis à certificação, tendo ainda como suporte Guias de Boas Práticas, aplicáveis tanto aos fornecedores como aos produtores e gestores florestais, que foram redigidos e têm sido distribuídos.

Os fornecedores qualificados têm a sua situação legal comprovadamente regularizada, praticam e difundem as Boas Práticas Florestais, recolhem e enviam informações prévias acerca da área de origem do material a fornecer e ficam sujeitos às ações de acompanhamento e controlo da **Glowood**.

Os responsáveis pelas compras e pelo **Programa de Qualificação e Controlo de Fornecedores** têm também sensibilizado produtores e proprietários florestais, alertando para as mais-valias de terem a gestão das suas áreas certificadas, seja individualmente, seja através de iniciativas de grupo.

Além disto, os responsáveis da empresa têm participado de eventos relacionados com a gestão e certificação florestal, procurando recolher informações e dar seu contributo para o desenvolvimento do assunto, sobretudo em Portugal.

2.3 Programa de amostragem de corte final

Em 2017, estima-se que 6,91% do material lenhoso adquirido em rolo possa ter tido origem em cortes finais de áreas florestais, sendo 2,40% com período de rotação superior a 40 anos, em função da avaliação feita na receção do material. Refere-se essencialmente à rolaria de Pinho, sobretudo de Pinheiro Manso (*Pinus pinea*) conduzido com objetivo principal de produção de pinhões.

2.4 Diagrama de fluxo de entradas de matéria-prima mostrando o tipo de matéria-prima (Opcional)

N.A

2.5 Quantificação da Base de Abastecimento

Base de Abastecimento

- a. Área da Base de Abastecimento: 3,2 milhões ha
- b. Tipo de propriedade: Privada: 2,8 milhões ha Pública: 442,4 mil ha
- c. Tipologia Florestal: Floresta temperada: 3,2 milhões ha
- d. Tipo de Gestão Florestal: Plantações: 1.8 milhões ha; Natural/Seminatural: 1.4 milhões ha
- e. Áreas Certificadas: FSC: 384.588 (34) ha PEFC: 256.369 ha

Matéria-prima

- f. Volume total de matéria-prima: 0 – 200.000 t (108.075 toneladas)
- g. Volume de matéria-prima primária: 0 – 200.000 t (79.963 toneladas)
- h. Percentagem por categorias de matéria-prima primária:
 - Gestão Florestal Certificada por iniciativa aprovada SBP: 1,14 % (1.230,96 t)
 - Não Certificada por iniciativa de Gestão Florestal aprovada SBP: 98,86 %

- i. Espécies presentes na matéria-prima primária:
 - Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*)
 - Pinho manso (*Pinus pinea*)
 - Eucalipto (*Eucalyptus spp*)
 - Choupo (*Populus spp*)
 - Acácia (*Acacia spp*)

- j. Não há matéria-prima com origem em florestas primárias (naturais virgens ou intocadas).
- k. Percentagem de Matéria-prima primária oriunda de Gestão Florestal Certificada por iniciativa aprovada SBP – 1,14 %
Percentagem de Matéria-prima primária oriunda de Gestão Florestal Não Certificado por iniciativa aprovada SBP – 98,86%
- l. Volume matéria-prima secundária: 28.112 toneladas (27,37%)
- m. Não há matéria-prima terciária

Para o ano seguinte, pretende-se manter o padrão de consumo registado em 2017, mantendo ou aumentando o consumo de matéria-prima primária e diminuindo ligeiramente o consumo de matéria-prima secundária, essencialmente estilha, serrim e costaneiros de Pinho Bravo.

Com os continuados esforços da empresa no sentido de incentivar o fornecimento de material de origem certificada (FSC ou PEFC), espera-se que poderão haver valores para estas categorias de material.

Também há intenção de manter a Avaliação da Base de Abastecimento (SBE) e, após a certificação de acordo com a norma SBP Standard 1: Feedstock Compliance Standard, iniciar e ampliar progressivamente a recepção de matéria-prima “SBP compliant”.

3 Exigência para Avaliação da Base de Abastecimento (SBE)

SBE concluído	SBE não concluído
X	<input type="checkbox"/>

Praticamente toda matéria-prima florestal consumida não é certificada FSC e/ou PEFC, levando a que seja necessária a Avaliação da Base de Abastecimento para possibilitar o fornecimento de pellets “SBP compliant”.

4 Avaliação de Base de Abastecimento

4.1 Âmbito

Material primário com origem em áreas florestais localizadas em Portugal, principalmente distritos de Setúbal, Beja, Évora, Lisboa, Portalegre, Santarém, Castelo Branco, Faro, Leiria e Coimbra, fornecido por fornecedores qualificados no âmbito do **Programa de Qualificação e Controlo de Fornecedores** da Glowood.

4.2 Justificação

A Avaliação de Base de Abastecimento justifica-se pela intenção da empresa em ampliar a produção de pellets com alegação “SBP compliant biomass”, considerando a insuficiente oferta de matéria-prima certificada FSC e PEFC no mercado nacional.

4.3 Resultados da Avaliação de Riscos

Enquanto a Avaliação Regional de Riscos (RRA) que está a ser feita pelo Grupo de Trabalho criado no âmbito da Comissão Técnica 145 do Instituto Português da Qualidade (IPQ), e coordenado pela ANPEB (Associação Nacional de Pellets Energéticos de Biomassa), ainda não está concluída e endossada pelo SBP, foi considerada neste SBE a Avaliação Regional de Riscos feita pela NEPCon por solicitação da ANPEB, em conformidade com as exigências do SBP, para material primário com origem no território continental de Portugal, tendo sido identificados 13 indicadores com risco especificado:

- 2.1.1 - Florestas e outras áreas com altos valores de conservação na Base de Abastecimento são identificadas e mapeadas.
- 2.1.2 - Potenciais ameaças, resultantes de atividades de gestão florestal, às florestas e outras áreas com altos valores de conservação (HCV), são identificadas e tratadas. (HCV 1, HVC 3, HCV4 e HCV5)
- 2.1.3 - Matéria-prima não tem origem em florestas convertidas em plantações ou em outros usos não-florestais depois de Janeiro de 2008.
- 2.2.1 - Matéria-prima é proveniente de florestas onde há uma avaliação adequada dos impactos, e planeamento, implementação e monitorização para minimizá-los
- 2.2.2 - Matéria-prima é proveniente de florestas onde a gestão mantém ou melhora a qualidade do solo (CPET S5b).

- 2.2.3 - Ecossistemas e habitats importantes são conservados ou mantidos em seu estado natural (CPET S8b).
- 2.2.4 - Biodiversidade é protegida (CPET S5b).
- 2.2.6 - Impactos negativos da gestão florestal na água subterrânea, superficial e a jusante, são minimizados. (CPET S5b).
- 2.4.1 - A saúde, vitalidade e outros serviços fornecidos pelos ecossistemas florestais são mantidos ou melhorados (CPET S7a).
- 2.4.2 - Processos naturais, tais como incêndios, pragas e doenças são geridos de forma adequada (CPET S7b).
- 2.5.1 - A posse e os direitos de uso das florestas (legal, consuetudinário e tradicional) dos povos indígenas e comunidades locais, são identificados, documentados e respeitados (CPET S9)
- 2.8.1 - Salvaguardas apropriadas são postas em prática para proteger a saúde e segurança dos trabalhadores florestais (CPET S12)
- 2.9.1 - Matéria-prima não tem origem em áreas que tinham estoques de carbono elevado em Janeiro de 2008 e não tenham mais esses estoques de carbono.

4.4 Resultados do Programa de Verificação de Fornecedores

NA.

4.5 Conclusão

A principal conclusão da Avaliação de Base de Abastecimento da Glowood indica que a empresa, através do seu **Programa de Qualificação e Controle de Fornecedores** é capaz de assegurar o fornecimento de material primário com indicadores enquadrados como de baixo risco, apto, portanto, para a produção de pellets com alegação SBP compliant biomass.

Até o momento, o Programa apresenta os seguintes resultados:

- Capacitação de 11 Fornecedores
- 8 Fornecedores qualificados
- 13 Auditorias de Monitorização (Material primário)
- 25 fornecimentos com Informação de Origem de Material Florestal, totalizando 22.171,2 toneladas de material primário;

O principal indicador para o qual não foi possível avaliar o risco como baixo foi o 2.1.2 (Potenciais ameaças, resultantes de atividades de gestão florestal, às florestas e outras áreas com altos valores de conservação (HCV), são identificadas e tratadas. (HCV 1, HVC 3, HCV4 e HCV5)).

Essencialmente, tratou-se de 5 fornecimentos com origem em áreas protegidas sem que a autoridade competente tenha dado parecer favorável, e/ou, pela operação não estar prevista no âmbito de um Plano de Gestão Florestal aprovado pela autoridade.

Houve 1 fornecimento no qual o indicador 2.1.3 (Matéria-prima não tem origem em florestas convertidas em plantações ou em outros usos não-florestais depois de Janeiro de 2008) não foi avaliado como de baixo risco, por tratar-se de corte final de uma área que será convertida em pastagem.

Além disto, houve 1 fornecimento cujo indicador 2.8.1 (Salvaguardas apropriadas são postas em prática para proteger a saúde e segurança dos trabalhadores florestais.) também não foi avaliado como de baixo risco devido às condições de alguns trabalhadores subcontratados, levando a que o fornecedor ainda não tenha obtido a qualificação.

5 Processo de Avaliação da Base de Abastecimento

A Avaliação da Base de Abastecimento da Glowood foi feita por uma equipa definida e coordenada pelo Gestor do Sistema Integrado (GSI), com competências e experiência nos temas relacionados com os riscos especificados e medidas mitigadoras definidas, incluindo certificações ISO (9001 e 14001), ENplus, FSC, PEFC e SBP.

Como já referido, foi considerada nesta edição a Avaliação Nacional de Riscos feita pela NEPCon por solicitação da ANPEB, em conformidade com as exigências do SBP, tendo-se em conta a reputação que aquela entidade tem perante o SBP e o FSC, especificamente quanto às avaliações de risco que tais iniciativas exigem para a produção de material certificado.

Para os 13 indicadores com risco especificado foram definidas medidas mitigadoras e respectivos meios de verificação.

Foram avaliados os fornecedores de material primário da empresa quanto a sua capacidade e regularidade de fornecimento, identificando-se inicialmente 14 como potenciais para a implementação do Programa de Qualificação e Controlo de Fornecedores, tendo a perspectiva de obter-se 70% de material primário para a produção de pellets SBP compliant biomass numa primeira fase.

Os fornecedores identificados foram convidados a participar do Programa, tendo sido capacitados 11 fornecedores, dos quais 8 acabaram por ser qualificados, tendo acordado formalmente em participar do mesmo.

Como suporte, foram confeccionados e distribuídos Guias de Boas Práticas, aplicáveis tanto aos fornecedores como aos produtores e gestores florestais, além de formulários para recolha e envio de informações.

Os fornecedores qualificados têm sua situação legal comprovadamente regularizada, praticam e difundem as Boas Práticas Florestais, recolhem e enviam informações prévias acerca da área de origem do material a fornecer e ficam sujeitos às ações de acompanhamento e controlo da **Glowood**.

Com base nas informações da área previamente fornecidas os responsáveis da empresa avaliam o enquadramento da mesma e identificam os eventuais aspectos a serem verificados e confirmados, seja através de documentação, auditoria ao local, ou consulta à partes interessadas.

6 Consulta de Partes Interessadas

A Avaliação da Base de Abastecimento, incluindo a Avaliação de Risco e o Programa de Qualificação e Controlo de Fornecedores, foi sujeita a uma consulta pública, lançada no dia 02 de Outubro de 2017, com vistas a recolher contributos para consolidar ou aprimorar a Avaliação.

A consulta foi feita por e-mail, tendo sido contactados mais de 60 partes interessadas, incluindo Autoridades, Autarquias, Juntas de Freguesia, Entidades Representativas, Instituições de Ensino, Associações de produtores, Empresas, Prestadores de Serviços, Clientes, Especialistas, Bombeiros e Sindicato.

6.1 Resposta aos comentários das partes interessadas

Foi recebida até o momento apenas uma resposta, tendo a respectiva entidade declarado não deter competência nas áreas de avaliação de risco e na qualificação e controlo de fornecedores, pelo que não poderiam se pronunciar.

7 Visão Geral da Avaliação de Risco Inicial

A Avaliação Nacional de Riscos feita pela NEPCon por solicitação da ANPEB, em conformidade com as exigências do SBP, para material primário com origem no território continental de Portugal, identificou 13 indicadores com risco especificado:

Table 1. Overview of results from the risk assessment of all Indicators (prior to SVP)

Indicator	Initial Risk Rating		
	Specified	Low	Unspecified
1.1.1		X	
1.1.2		X	
1.1.3		X	
1.2.1		X	
1.3.1		X	
1.4.1		X	
1.5.1		X	
1.6.1		X	
2.1.1	X		
2.1.2	X		
2.1.3	X		
2.2.1	X		
2.2.2	X		
2.2.3	X		
2.2.4	X		
2.2.5		X	
2.2.6	X		
2.2.7		X	
2.2.8		X	
2.2.9		X	

Indicator	Initial Risk Rating		
	Specified	Low	Unspecified
2.3.1		X	
2.3.2		X	
2.3.3		X	
2.4.1	X		
2.4.2	X		
2.4.3		X	
2.5.1	X		
2.5.2		X	
2.6.1		X	
2.7.1		X	
2.7.2		X	
2.7.3		X	
2.7.4		X	
2.7.5		X	
2.8.1	X		
2.9.1	X		
2.9.2		X	
2.10.1		X	

8 Programa de Verificação de Fornecedores

8.1 Descrição do Programa de Verificação de Fornecedores

NA.

8.2 Visitas ao local

NA.

8.3 Conclusões do programa de verificação de Fornecedores

NA.

9 Medidas de Mitigação

9.1 Medidas de Mitigação

Indicador	Medidas mitigadoras	Meios de Verificação
2.1.1 2.1.2 2.2.3 2.2.4	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação e capacitação dos fornecedores • Promoção de boas práticas • Proibir recepção de material que venha de áreas onde haja comprovadas ameaças à biodiversidade. • Monitorização 	<ul style="list-style-type: none"> • Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário • Consulta das informações, cartografia e condicionantes estabelecidos para as áreas • Vistoria
2.1.3	<ul style="list-style-type: none"> • Proibir recepção de material que venha de floresta natural replantada com eucalipto a partir de 2008, ou a ser replantada, com eucalipto, ou transformada em pasto, agricultura ou outro uso. • Monitorização 	<ul style="list-style-type: none"> • Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário
2.2.2	<ul style="list-style-type: none"> • Proibir recepção de material de áreas suscetíveis à desertificação com comprovados danos ao solo, e de área com corte raso acima do tamanho mínimo exigido para ter PGF estabelecido no respectivo PROF. • Monitorização 	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta da cartografia do ICNF e respectivo PROF • Vistoria
2.2.1 2.2.6	<ul style="list-style-type: none"> • Proibir recepção de material de área com corte raso acima do limite máximo. • Capacitação dos fornecedores • Promoção de boas práticas • Monitorização 	<ul style="list-style-type: none"> • Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário • Consulta do respectivo PROF • Vistoria
2.4.1 2.4.2	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação e capacitação dos fornecedores • Promoção de boas práticas • Proibir recepção de material que venha áreas onde haja comprovadas ameaças à sanidade e vitalidade da floresta • Monitorização 	<ul style="list-style-type: none"> • Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário • Vistoria
2.5.1	<ul style="list-style-type: none"> • Proibir recepção de material de área com uso abusivo de cercas. • Monitorização 	<ul style="list-style-type: none"> • Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário • Vistoria
2.8.1	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação e capacitação dos fornecedores • Promoção de boas práticas • Proibir recepção de material com comprovado incumprimento dos cuidados com saúde, segurança e direito dos trabalhadores • Monitorização 	<ul style="list-style-type: none"> • Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário • Documentação do fornecedor/proprietário (Seguros de Saúde, Fichas de Aptidão, Declaração da Segurança Social, Registos de Formação, Registo Distribuição de EPI, etc.) • Vistoria
2.9.1	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação e capacitação dos fornecedores • Promoção de boas práticas • Proibir recepção de material de galerias ripícolas e de corte ou conversão de florestas maduras de carvalho após 2008. • Monitorização 	<ul style="list-style-type: none"> • Checklist preenchido pelo fornecedor/proprietário • Licença de corte • Vistoria

9.2 Monitorização e Resultados

Até o momento foram feitas 13 Auditorias de Monitorização (Material primário), resultando:

- 25 fornecimentos com Informação de Origem de Material Florestal, totalizando 22.171,2 toneladas de material primário;
- 2.532,04 toneladas de material primário com ao menos um indicador com risco específico.
- 19.639,16 toneladas de material primário com todos indicadores com baixo risco.

O principal indicador para o qual não foi possível avaliar o risco como baixo foi o 2.1.2 (Potenciais ameaças, resultantes de atividades de gestão florestal, às florestas e outras áreas com altos valores de conservação (HCV), são identificadas e tratadas. (HCV 1, HVC 3, HCV4 e HCV5)).

Essencialmente, tratou-se de 5 fornecimentos com origem em áreas protegidas sem que a autoridade competente tenha dado parecer favorável, e/ou, pela operação não estar prevista no âmbito de um Plano de Gestão Florestal aprovado pela autoridade.

Houve um fornecimento no qual o indicador 2.1.3 (Matéria-prima não tem origem em florestas convertidas em plantações ou em outros usos não-florestais depois de Janeiro de 2008) não foi avaliado como de baixo risco, por tratar-se de corte final de uma área que será convertida em pastagem.

Além disto, houve 1 fornecimento cujo indicador 2.8.1 (Salvaguardas apropriadas são postas em prática para proteger a saúde e segurança dos trabalhadores florestais.) também não foi avaliado como de baixo risco devido às condições de alguns trabalhadores subcontratados, havendo a que o fornecedor ainda não tenha obtido a qualificação. Para os demais indicadores, foi possível avaliar o risco como baixo, sendo determinante:

- As informações recolhidas previamente das áreas,
- A verificação das áreas durante e/ou após as operações,
- O nível organizacional dos fornecedores,
- As boas condições das máquinas e equipamentos, e
- A capacitação dos trabalhadores e a observação das boas práticas florestais durante a execução das operações.

10 Evidências Detalhadas dos Indicadores

Evidências Detalhadas dos Indicadores são apresentados no documento “Avaliação Nacional de Riscos SBP para Portugal” elaborada pela NEPCon por solicitação da ANPEB, em conformidade com as exigências do SBP.

Detailed findings for each Indicator are given in the document “SBP National Risk Assessment for Portugal” elaborated by NEPCON in compliance with SBP framework.

11 Revisão do Relatório

11.1 Revisão pelos pares

Este relatório foi enviado para um revisor independente. O período de revisão foi de 10 dias. Os comentários recebidos foram devidamente considerados na edição final do relatório.

O revisor tem formação técnica e superior na área das Ciências Florestais, obtida em universidades na Suécia e no Canadá. Desde 1982 trabalha com diversas empresas e organizações de base florestal na Suécia, Canadá, Suíça e Portugal, onde reside.

Atualmente trabalha em Portugal, Suécia, Noruega, Dinamarca, USA e Canadá como Consultor em Gestão, Formação, Representação e Certificação em Recursos Naturais, e também como Auditor das seguintes iniciativas e referenciais: SBP, FSC, PEFC, ISO 9001, ISO 14001, ISO 19011, OHSAS 18001 e GAP analysis.

11.2 Avaliações públicas ou adicionais

A Avaliação da Base de Abastecimento, incluindo a Avaliação de Risco e o Programa de Qualificação e Controlo de Fornecedores, foi sujeita a uma consulta pública, lançada no dia 02 de Outubro de 2017, com vistas a recolher contributos para consolidar ou aprimorar a Avaliação.

A consulta foi feita por e-mail, tendo sido contactados mais de 60 partes interessadas, incluindo Autoridades, Autarquias, Juntas de Freguesia, Entidades Representativas, Instituições de Ensino, Associações de produtores, Empresas, Prestadores de Serviços, Clientes, Especialistas, Bombeiros e Sindicato.

12 Aprovação do Relatório

Aprovação do Relatório da Base de Abastecimento pela direção da empresa			
Elaboração:	Natércia Carvalho Giovanni de Alencastro	Gestor do Sistema Integrado Consultor	05/01/2018
	Nome	Cargo	Data
Eu, abaixo assinado, confirmo ser Diretor Geral da empresa e afirmo que o conteúdo deste relatório de avaliação foi devidamente reconhecido como sendo preciso antes da sua aprovação e finalização.			
Aprovado por:	João Baetas	Diretor Geral	05/01/2018
	Nome	Cargo	Data

13 Actualizações

13.1 Alterações significativas na Base de Abastecimento

As principais alterações na Base de Abastecimento do ano de 2017 dizem respeito ao seguinte:

- Diminuição significativa do consumo de matéria-prima primária, principalmente de madeira em rolo.
- Aumento do consumo de Biomassa Florestal Residual
- Aumento do consumo de matéria-prima secundária, essencialmente estilha, serrim e costaneiros de Pinho Bravo.
- Implementação da Avaliação da Base de Abastecimento para possibilitar o consumo de matéria-prima “SBP compliant” com origem em situações nas quais todos os indicadores SBP sejam avaliados como de baixo risco.
- Entrada de material Certificado FSC e PEFC

A combinação destas alterações traduz-se numa melhoria significativa no perfil de abastecimento tendo em vista a sustentabilidade da produção florestal e, conseqüentemente, da produção de pellets para fins energéticos.

13.2 Eficácia das medidas de mitigação anteriores

Não Aplicável.

13.3 Novas classificações de risco e medidas de mitigação

Não Aplicável.

13.4 Valores reais das matérias-primas nos últimos 12 meses

O abastecimento do último ano (Janeiro a Dezembro de 2017) é assim caracterizado:

Material	Espécie	Quantidade (t)
Madeira em rolo	Pinheiro Bravo	16.153
	Pinheiro Manso	16.081
	Eucalipto	4.068
	Outras	2.067
Biomassa Florestal Residual	Pinheiro Bravo e Manso	40.119
	Eucalipto	482
	Outras	886
Estilha, serrim e costaneiros	Pinheiro Bravo e Manso	28.219
		108.075

13.5 Dados projetados para a matéria-prima nos próximos 12 meses

O abastecimento previsto para 2018 é assim caracterizado:

Material	Espécie	Quantidade (t)	%	
			SBP controlled	SBP compliant
Madeira em rolo	Pinho Bravo e Manso	93.089	15	45
	Outras Espécies	15.515	5	5
Biomassa Florestal Residual	Pinho Bravo e Manso	23.272	5	10
Estilha, serrim e costaneiros	Pinho Bravo e Manso	23.272	15	-
		155.148	100	